ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 148 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão. Solicito ao Deputado Benedito Pinto que assuma a 1ª Secretaria e ao Deputado Eliene que assuma a 2ª Secretaria.
(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E ELIENE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício nº 265/98, do Presidente do CONSEMA encaminhando cópia da Moção do CONSEMA nº 004/98, aprovada na reunião ordinária do dia 15.12.98; e ainda os Ofícios nºs: - 2.084, do Superintendente Estadual do Banco do Brasil; 052, da Presidente da Comissão Interinstitucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; 2.245, do Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas; 935/98, do Engenheiro Chefe do 11º Distrito Rodoviário Federal, e 777 e 780, do Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado, todos em resposta às Indicações dos Senhores Deputados."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inscrevi-me no Grande Expediente para falar sobre dois assuntos que acho de suma importância nesse momento.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero fazer um registro não muito agradável, mas eu não posso deixar de registrar a minha posição contrária a essa matéria do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

Diário de Cuiabá, do dia 19 de dezembro de 1998, sábado, onde aparece uma matéria da Deputada Serys Slhessarenko com o seguinte título: “Serys acusa Dante de comprar Deputados”. Eu não concordo com essa matéria e repudio esse título, porque eu não sou Deputado comprado pelo Governador.

Eu quero que fique registrada, Sr. Presidente, Deputado Riva, a minha posição de repúdio a essa matéria do *Diário de Cuiabá*, do dia 19 de dezembro de 1998, onde diz: “Serys acusa Dante de comprar Deputados”.

Por ser muito amigo da Deputada Serys Slhessarenko, não vou entrar na Justiça pedindo para que ela prove isso na Justiça, mas vou deixar registrada a minha posição contrária a essa matéria.

Eu não sei se saiu da lavra da Deputada. Pode ser que o jornalista esteja enganado, mas eu não aceito e repudio esta matéria com esse título que... Ainda acima diz: “incorrupível”. Se analisarmos o que significa essa palavra, a matéria é de gozação com a pessoa de todos os 24 Srs. Deputados. É uma matéria maldosa, sem escrúpulo, porque não se trata, aqui, de bonecos de brincadeira. Aqui há 24 cidadãos eleitos pelo povo do Estado de Mato Grosso e que não merecem esse tipo de matéria que coloca em xeque toda a instituição. Há 24 Srs. Deputados aqui e não é possível que 23 estejam nesta situação.

Então, eu repudio essa matéria que traz esse título e também quando diz: “A Deputada do PT devolveu ontem os R\$ 6 (seis) mil reais que teria recebido pela Convocação Extraordinária”. É uma matéria enganosa, porque nós não recebemos sequer o repasse do pagamento da Convocação Extraordinária.

Eu pensei que ontem a Deputada Serys ia usar a tribuna para desmentir isso aqui, mas, como ela não o fez, eu estou demonstrando a minha posição contrária a essa matéria.

E quero exigir do Presidente que, se já pagou à Deputada Serys Slhessarenko, eu também quero receber, porque aqui está dizendo que ela recebeu ontem, dia 18, o valor referente à Convocação Extraordinária.

Esta matéria, na minha concepção, o jornalista, se inventou, fez de mau gosto para com todos nós Deputados. Se foi inventada, foi de mau gosto.

Então, eu quero deixar o meu repúdio a essa matéria, aqui. E também repudio Deputados que usam a Imprensa para dizer que são contra aumento salarial, quando eu sei que é pura demagogia...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Conceda-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Deputada Serys Slhessarenko, deixe-me concluir...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Deputado, só para esclarecer a primeira parte...

O SR. BENEDITO PINTO - Depois V. Ex^a terá todo o tempo para fazer o seu esclarecimento.

Eu quero deixar o meu repúdio, Sr. Presidente, a essa matéria, porque estão usando a imprensa para jogar toda a sociedade contra os Deputados. Não vou admitir isso mais. Que se diga os nomes. Que tenha coragem de dizer os nomes de quem é corrupto, de quem é... Diga o nome! Seja leal consigo mesmo! Não admito esse tipo de coisa!

Eu esperava que a ilustre Deputada viesse aqui dizer que não havia concedido essa entrevista, porém, como não aconteceu, estou mostrando a minha posição. E não admito esse tipo de coisa: jogar vinte e três Deputados contra a sociedade e todos nós numa malha de corruptos. Não aceito isso aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

O Governador nunca conversou comigo sobre a convocação. Eu estou aqui cumprindo o direito constitucional pelo qual eu fui eleito Deputado.

Terminamos o período normal, dia 15. Encerramos. Fomos convocados. Assim, estou aqui cumprindo a minha obrigação constitucional, porque fui convocado pelo Governador do Estado que tem direito amparado na Constituição do Estado, e ele convocou de forma legal. Nós estamos aqui trabalhando nas vésperas de final de ano. Todos os Deputados estão vindo aqui na Assembléia Legislativa. Ninguém é obrigado a receber pagamento de Sessão Extraordinária. Quem quiser receber, que receba, quando isso acontecer. Mas que não venha jogar Deputado contra a sociedade, deixando todos nós numa situação difícil, parecendo que aqui só tem uma Deputada que é a dona da verdade. Não é bem assim, não...

Eu tenho cinco mandatos em que fui eleito pelo povo, Deputada Serys. já ganhei cinco eleições, duas dentro do meu Município, sendo um dos mais votados, e três no Estado de Mato Grosso. Num reconhecimento de que eu estou trabalhando pelo Estado. Então, não admito esse tipo de coisa. Todos nós, dentro das nossas funções, temos nossas limitações, nossos problemas, mas temos que ter o respeito com o cidadão, com a classe trabalhadora e o respeito por cada um.

Que assumam, Deputados! Se tem alguém que quer denunciar, que assumam e fale: “É esse aqui, esse aqui e esse aqui.” Não venha jogar todos nós numa situação em que a população venha depois nos considerar... Porque, se nós não nos manifestarmos, estaremos assumindo essa culpa tranqüilamente. E mais uma vez passaria em branco uma matéria maldosa, uma matéria de desconsideração, porque aqui não há consideração por ninguém, não tem o mínimo de consideração por ninguém. Então, não vamos deixar passar isso aí.

Por outro lado, Sr. Presidente, outro assunto que tenho...

A Sr^a Serys Shessarenko - Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Eu gostaria de entrar num outro assunto, Deputada Serys, depois V. Ex^a terá todo o tempo para usar a tribuna.

Sr. Presidente, Deputado Riva, de todas as matérias que recebemos aqui na Casa, Projetos encaminhados pelo Governo, eu tenho estado, durante todo esse tempo, trabalhando especialmente nesse Projeto da consolidação do ICMS aqui no Estado de Mato Grosso.

Essa Lei tem um artigo muito importante, pequenininho e, por sinal, o penúltimo que diz: “Revoga-se a Lei n^o 5.419, de 27.12.88...”, que é a lei principal sobre o ICMS e todas as suas alterações.

Nós tivemos a Lei n^o 5.437,...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA)- Solicito à Deputada Zilda que assumam a direção dos trabalhos.

(A SR^a DEPUTADA ZILDA ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 09:06 HORAS)

A SR^a PRESIDENTE - Continua com a palavra, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Prosseguindo, ilustre Presidente, Deputada Zilda, essa lei está revogando as Leis n^{os} 5.419, 5.437, 5.629, 5.637, 5.902, 5.943, 6.117, 6.311, 6.335, 6.404, 6.619, 6.622, 6.660, 6.846 e outras que estão relacionadas não como mudança do percentual, mas como incentivos diversos que tiveram ao longo dos anos, de 89 até a última que foi agora em 98.

É importante a consolidação dessas leis? Sim, é muito importante, porque se nós trouxermos todas essas leis para uma lei só, para uma consolidação a respeito do ICMS no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

seu complexo, naturalmente facilitará e muito a vida de todos os cidadãos que trabalham manejando as arrecadações, como os técnicos em Contabilidade. As empresas de um modo geral, sem dúvida, vão ser beneficiadas.

Mas, ao longo de todo esse complexo de leis que nós temos, diante de todas essas mudanças e acoplamentos de artigos e parágrafos, nós nos deparamos com alguma alteração, Deputado Humberto Bosaipo, que devem ser levadas em consideração.

Hoje nós estamos num período difícil, onde os comerciantes, que são os que realmente pagam as contas, muitas das vezes são penalizados e taxados, como a própria lei hoje determina, até como elemento de alta periculosidade.

Diante disso eu propus, na consolidação apresentada pelo Governador, um Substitutivo Integral com algumas alterações que, partindo desse princípio, podem ser também discutidas com os demais Deputados até chegarmos a uma lei que venha tratar da área tributária do Estado de uma forma que todos, Governo e contribuinte, possam ter condições para arrecadar e pagar.

Isso aqui, Srs. Deputados...

Quero cumprimentar os meus companheiros que se encontram nas galerias: Zé, Toninho, Gilmar e o nosso chefe da UMADECRE, Jorge Dantas.

Estamos preocupados, porque esta lei, na sua aplicação, sai todo o processo de arrecadação do Estado!

Da aplicação dessa lei é que saem, Consultor Francisco Monteiro, os recursos que fazem com que a máquina do Estado e do município sejam mantidas. Então, é uma das leis mais importantes que nós temos aqui no compêndio de leis que existe na Assembléia Legislativa, porque trata da maneira e da forma da arrecadação.

Aqui nós temos penalidades propostas pelo Projeto do Governo, que nenhum cidadão tem condições de cumprir. Essas penalidades, nós temos que ter flexibilidade! É claro que, se a pessoa está sonhando e caiu na malha para pagar a multa, eu acho que, na verdade, o cidadão tem que pagar a multa, mas dentro das condições que ele - esse cidadão -, possa fazer o pagamento. E não uma multa como simplesmente lacrar uma empresa, fechar uma empresa, porque o cidadão nunca terá condições de pagar uma multa de 200%, às vezes, do imposto que ele deve.

Eu acredito que a maioria dos comerciantes, dos empresários, está em situação difícil, porque todo o País passa por situação difícil, por momento difícil. É claro que, baseado no levantamento que temos feito na Secretaria de Fazenda, o Mato Grosso não está fora do padrão nacional, ele está dentro do que acontece no Rio de Janeiro, do que acontece no Estado lá do extremo Sul, no Rio Grande do Sul, como também está no mesmo patamar do que acontece no Estado do Amazonas, lá no Amapá, em Minas Gerais, nos estados do Nordeste. A situação envolve todo um complexo problemático por que passa o País.

Então, nesse sentido, a Assembléia Legislativa, ao aprovar uma lei importantíssima como esta, onde nós estamos juntando mais de 15 leis, em vigor, e colocando-as em uma só, tentando fazer algo para facilitar a vida de todos, nós temos que ter um mínimo de cuidado para não deixar que alguma coisa passe despercebida e que venha penalizar, ainda mais, os nossos patrões. Os patrões de todos nós são os comerciantes, Srs. Deputados! Os patrões nossos, Srs. Deputados, são os comerciantes! São eles que recolhem os encargos, os impostos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

Então, nós temos que ter, na verdade, esses cuidados em consolidar essa lei, ao olhar para os detalhes atinentes a ela.

Eu estou oferecendo uma parte do meu trabalho para que seja discutido entre os Srs. Deputados, entre os membros da Comissão, a fim de que possamos olhar, principalmente, as alíquotas que estão aqui, onde não é alíquota única, porque nós temos produtos que têm alíquotas diferentes, como, por exemplo, nessas leis existentes. Nós temos aqui uma lei que passa produtos com 25%, onde estão: produtos, compra de armas, munição, bebida alcóolica, cosméticos, coisas que as pessoas realmente têm condições de pagar mais imposto, e nessa consolidação foi colocado, junto com bebida alcóolica, os refrigerantes, que na realidade é uma bebida que todo cidadão, desde os mais simples, consome diariamente. Não é possível compararmos refrigerante como bebida alcóolica!

Eu acho, na minha concepção, que não deve ser taxado em 25% de ICMS o produto dos refrigerantes, porque desta forma nós estaremos, automaticamente, passando esse aumento para o cidadão. A partir do momento em que nós taxarmos os refrigerantes em 25% de ICMS, ele saindo do patamar de 17% e indo para 25%, aumenta, automaticamente, 8% no refrigerante!

Parece que não é nada, o valor do refrigerante é pequeno, mas, no geral, Deputado Quinca dos Santos, nós estaremos aumentando para todo cidadão, porque vai ser repassada essa alíquota para o consumidor. Automaticamente, esses 8% do refrigerante, Deputado Quinca, irão direto para o consumidor. Parece que não é nada, mas vamos somar para ver quantos refrigerantes uma família gasta por semana, quanto ela gasta por mês e quanto ela gasta por ano. Afinal, faz parte da mesa de todos os brasileiros, praticamente.

O refrigerante é ainda o produto, na sua diversidade, nos seus diversos sabores, que, praticamente, todos podem participar dele. Este é um caso. Nós temos outros casos que podem ser analisados e que podem ser pensados, entre um entendimento, não simplesmente no aumento, porque nunca fomos, Deputado Ricarte de Freitas - nosso futuro representante do Norte do Estado, em Brasília -, a favor de aumento de impostos. Afinal, aumento de impostos não significa aumento de arrecadação, porque você pode aumentar a arrecadação, sem aumentar impostos.

Eu sempre briguei com o aumento de imposto do DETRAN, porque sempre que aumenta o imposto do DETRAN, aumenta a inadimplência. O cidadão não vai deixar de comer para pagar imposto do DETRAN. A mesma coisa é aqui, não se aumenta arrecadação com aumento do imposto. Precisamos tomar cuidado, porque ao aprovarmos da forma que está, poderemos - sem dúvida -, trazer maiores conseqüências à população do Estado, aos nossos empresários e, automaticamente, ao Estado de Mato Grosso. Há de se aprofundar nesse assunto.

Esse Substitutivo é apenas o início de um estudo que deve ser feito pela Assembléia. Eu sempre tenho apresentado, nos projetos que acho importante, Substitutivo Integral, onde eu passo minha versão sobre o assunto, onde eu passo aquilo que eu conheço do assunto e onde se abre um diálogo de todos os Deputados para apresentarem emendas e apresentarem sugestões, a fim de que possamos ter aquilo que é melhor em uma lei. É claro que, nessa virada de século, as leis - automaticamente -, terão que ser revistas e terão que ser simplificadas para sua melhor aplicabilidade. Mas, nós temos que ter todo cuidado, porque aqui está a vida de todos os brasileiros que residem no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

Esta lei versa desde o momento em que se vai à padaria comprar um pão francês, porque ela tem uma alíquota que taxa a operação do cidadão que vende aquele pão francês para o cidadão. E você, ao pagar os cinco, dez centavos, já está pagando embutido a alíquota do ICMS que é repassado para o Estado. Portanto, é de suma importância esse assunto.

Eu já estou apresentando na Comissão um Substitutivo integral que, sem dúvida, vai contribuir para essa grande discussão sobre esse assunto que é o ICMS no Estado de Mato Grosso, que é a arrecadação propriamente dita.

Então, na verdade, Srs. Deputados, nós estamos acompanhando de perto esse assunto e eu quero me colocar à disposição para que possamos fazer essa lei da melhor forma possível.

Outra lei que eu acho de grande importância para o Estado é a mudança da Lei nº 6.871, de 28 de abril de 1997, onde nós estamos autorizando o Governo a fazer a sua adequação contábil e liquidação de débitos.

Nesse aspecto, Srs. Deputados, eu estou solicitando que ela venha seguida de uma tabela de todos os cidadãos que poderão ser beneficiados por ela, como anexo da lei. Afinal, se nós não colocarmos aqui um artigo vinculando os beneficiados e simplesmente autorizarmos, o Governo do Estado pode fazer o acordo com o cidadão que ele entender que é melhor.

Diante disso, nós já temos em mãos, através de requerimento, a relação deles e estamos propondo que seja incluído na lei, como um Anexo, aqueles que serão beneficiados, Dr. Francisco Monteiro, na Mensagem nº 14, que não deixa de ser uma Mensagem importante para o Estado e para todos aqueles que estão à espera de um acordo com o Governo.

Temos, por outro lado, a Mensagem que traz o Projeto de Lei que “altera, a partir de 1999, a Tabela de Taxas cobradas pelo Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN/MT, com valores em reais, estabelecida pela Lei nº 6.976, de 30 de dezembro de 1997, e dá outras providências”.

Nós temos uma tabela que, hoje, o DETRAN cobra, uma tabela aprovada por uma lei que não está sendo cobrada, porque estão suspensos seus efeitos até 31.12, e uma nova tabela que faz o aparelhamento dessas taxas. É importante dividirmos aqui o que é cobrado pelo DETRAN.

O DETRAN cobra imposto, que é o IPVA, que representa 50% do Estado e 50% dos municípios. O DETRAN cobra taxas que são todas do DETRAN e que são aplicadas para pagamento de funcionários, é o trabalho do DETRAN. O DETRAN cobra multas de trânsito, que são divididas no Estado em três níveis: nas rodovias federais, é a Polícia Federal que cobra, quem fiscaliza e quando autua, autua para o DNER, para um órgão federal; nas estradas estaduais quem fiscaliza é a Polícia Rodoviária Estadual, e o valor das suas multas aplicadas vai para o Departamento de Viação e Obras do Estado, o DVOP. E as multas cobradas, hoje, pela polícia e agentes municipais são divididas em: parte do município e parte do DETRAN.

Então, além disso, nós estamos com um projeto específico sobre taxas do DETRAN. Eu não vejo nenhum motivo para aumentar as taxas. Não vejo nenhum motivo para acrescentar um centavo nessas taxas que vêm sendo cobradas e nem adequar a lei que aumentou 100% no ano passado. Eu vejo que toda população, hoje, está tendo dificuldades para fazer a sua carteira de habilitação. Qual cidadão que ganha salário mínimo terá

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

condições de se habilitar para dirigir um carro? Qual motorista profissional que ganha o equivalente do valor que vai ser cobrado para fazer uma carteira, se ele tem que passar por escola de trânsito, tem que passar por auto-escola e tem que passar pelo crivo das provas do DETRAN?

Portanto, é um projeto que tem de ser discutido, rediscutido e creio que não temos motivo para aumentar nenhum centavo em qualquer taxa cobrada, porque nenhum cidadão está tendo aumento salarial, nenhum cidadão está tendo reposição de salário, todos estão na expectativa de entrar o penúltimo ano do século sem um centavo de aumento.

Então, acredito que a Assembléia Legislativa simplesmente deva pegar a tabela que está sendo cobrada hoje, anular essas que estão aqui e colocar a mesma, acrescentando alguns pontos que são novidade na tabela, porque há necessidade de adequação à nova Legislação Federal, o Código Nacional de Trânsito. Fora isso, acredito que deva ser feita a proposta de todos os Srs. Deputados, de permanecer a mesma tabela cobrada atualmente, não esta que está propensa a ser cobrada pela lei que está *sub judice*, porque esta aumentou as taxas em 60% no ano passado.

O importante, nós que estamos apreciando projetos de lei no período de 30 dias, quando fomos convocados, Deputado Batico de Barros, que é um período curto para que possamos negociar, mas eu tenho tido o cuidado de olhar esses projetos e ter a curiosidade de nos aprofundar em alguns, porque eu vejo que o cidadão, hoje, não tem mais em que mexer no seu bolso. Não tem mais o que mexer no seu bolso! Se mexer no bolso do cidadão, hoje, ele vai... Não tem o que ser mexido. O cidadão não tem condições de aumentar nada, porque ele não está recebendo nada a mais do seu salário.

As empresas não estão tendo lucros suficientes para investimentos, as empresas estão no caminho da redução de funcionários, estão no caminho da informatização, porque estão diminuindo o número de funcionários das empresas. Naturalmente, não temos nenhuma razão para aumentar um centavo em taxas do DETRAN, porque o DETRAN tem, hoje, uma arrecadação muito boa e pode se manter tranqüilamente com aquilo que vem arrecadando. O que precisa é o DETRAN colocar em execução a Lei de minha autoria, que autoriza o parcelamento no pagamento das multas. Se nós não temos condições de parcelar o que o “cara” já deve para o órgão, como nós vamos aumentar as taxas? Nós não podemos aumentar as taxas!

Para encerrar, Sr^a Presidente, Deputada Zilda, eu prometo voltar a esse assunto, mas, como vejo que estamos sem condições, solicito a verificação de *quorum*. Na próxima Sessão, continuaremos a falar sobre o assunto.

Peço a V. Ex^a que proceda à verificação de *quorum*, baseado no Regimento Interno do Poder Legislativo.

A SR^a PRESIDENTE - É visível a falta de *quorum*. Portanto, está levantada esta Sessão.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Lincoln Saggin, Humberto Bosaipo e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Roberto Nunes, Chico Daltro, Novelli, Riva e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - José Lacerda, Pedro Satélite e Batico de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Zilda; da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE
DEZEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.

Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Romoaldo Júnior, do PFL; Luiz Soares e Rene Barbour, do PSDB; Nico Baracat, do PMDB.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Regina Céli Arruda.